



SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP,RL
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
& ASSOCIADOS



Nº05/18

NEWSLETTER

O IVA A TAXA ÚNICA?*

(A PROPÓSITO DAS ÚLTIMAS
DECLARAÇÕES DO FMI)

This Information is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Information may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact contact@rfflawyers.com.

*

This Information is sent in compliance with articles 22 and 23 of Decree-Law no. 7/2004, of 7 January, regarding unsolicited e-mails. If you wish to be removed from our mailing list and avoid similar future communications, please send an email with "Remove" to the email address newsletter@rffadvogados.com.

Legal 500 – Band 1 Tax "Portuguese Law Firm" and Band 1 Tax "RFF Leading Individual" 2013/2014/2015/2016
Chambers & Partners – Band 1 "RFF Leading Individual" 2013/2014/2015/2016
International Tax Review – "Best European Newcomer" (shortlisted) 2013 / "Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2014/
"Tax Controversy Leaders" 2014/2015 / "Indirect Tax Leaders 2015" / "Women in Tax Leaders Guide 2015" / "European
Best Newcomer" 2016/ "Portugal Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2017/"European tax Disputes of the Year"
(shortlisted) 2017/ "European Indirect Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2017
Best Lawyers – "RFF Tax Lawyer of the Year" 2014 / "Recommended Lawyers" 2015/2016
Who's Who Legal – "RFF Corporate Tax Adviser of the Year" 2013/2015 / "Corporate Tax – Controversy" 2016 /
"Corporate Tax section of WWL - Thought Leaders" 2017
IBFD – Tax Correspondent Angola, Mozambique and East-Timor 2013/2014/2015/2016



www.rfflawyers.com
Praça Marquês de Pombal, 16 – 5th (Reception)/6th
1250-163 Lisboa • Portugal
T: +351 215 915 220 • F: +351 215 915 244
contact@rfflawyers.com



A propósito de o FMI pedir agora prudência ao Governo, avisando que as subidas permanentes na despesa pública podem reduzir a margem de adaptação do país à crise e defender menos taxas reduzidas de IVA, relembro também as declarações de há tempos de Pierre Moscovici, segundo as quais "Portugal seria o país que mais ganharia com a taxa única no IVA".

A discussão sobre as vantagens de uma taxa única de IVA (20, 21, 22 por cento?) pode, assim, voltar à ordem do dia, após ter sido veiculada anteriormente também pelos peritos da Troika?

A eventual instituição de uma "flat tax" no IVA é ideia que remonta já aos tempos da criação do imposto em Portugal, tendo outros bons defensores entre nós. E seria importante instrumento, desde logo, para a tão almejada simplificação do sistema fiscal, num contexto, como se sabe, em que para além do que se paga em impostos é preciso ter em conta o que se gasta para os interpretar e aplicar.

Ao nível do funcionamento do mercado, a taxa única seria, também, interessante, permitindo reaproximar o imposto da sua intrínseca neutralidade, evitando as distorções provocadas pela aplicação de

diferentes taxas de IVA a bens e serviços sucedâneos, o que afecta, necessariamente, a escolha dos consumidores. Há já, aliás, extensa jurisprudência (nacional e europeia) e doutrina administrativa que, a este respeito, evidenciam bem as dificuldades sentidas pelos contribuintes e pela Administração tributária nesta matéria de taxas aplicáveis no IVA. Numa zona tão sensível como é esta dos impostos, sempre são de evitar "zonas cinzentas" em prol da segurança dos contribuintes, evitando dúvidas e litígios escusados.

Acresce, por seu lado, que a flat tax no IVA pode ser neutra em relação à receita anteriormente obtida ("broadning the base, reducing the rates") e devia implicar, simultaneamente, uma diminuição da taxa normal(mente) aplicável, o que contribuiria também para diminuir a fraude e evasão fiscais, em linha com um dos objectivos dos programas políticos que sempre têm sido anunciados.

A introdução da taxa única no IVA poderia ainda consubstanciar a oportunidade para diminuir a diferença da taxa de Portugal em relação à taxa normal vigente em Espanha (que, felizmente, tem aumentado), diferença igualmente

preocupante no âmbito dos impostos sobre outros consumos específicos (vg tabaco)

Para obviar demagogia do "aumento do pão", podiam introduzir-se medidas adicionais do lado da despesa (em razão desse aumento decorrente da eliminação das taxas reduzida e intermédia), relevando (politicamente também) a diminuição do IVA para todos os outros produtos e serviços a que se aplica a taxa normal actualmente em vigor (permitindo ainda assim manter taxa de IVA mais baixa nas regiões autónomas).

A solução poderia mesmo induzir, no futuro, se necessário ou conveniente, alguma receita adicional, incluindo a eventualmente decorrente de um aumento do ISP, sobre que incide igualmente o IVA, nos combustíveis, dando margem à utilização neste âmbito do instrumento fiscal.

Trata-se de uma medida que contribuiria, igualmente, para fomentar algum consumo e investimento internos, por via de diminuição, ainda que parcial, dos preços finais e de menos desvios de comércio para o nosso país vizinho.

Apesar destas vantagens, a verdade é que, no panorama europeu, apenas a Dinamarca optou por esta via,

destacando-se da generalidade dos Estados membros da União Europeia. Haverá sempre quem sustente que compromete a “justiça social” - alegadamente decorrente da existência das actuais três taxas diferenciadoras -, mas a verdade é que as taxas intermédia e reduzida, além de representarem universos de bens e serviços cada vez mais reduzidos (a da restauração foi contra-corrente) terão efeitos, relativos, mais em termos percentuais do que em valores absolutos, e sempre traduziria a almejada redução de preços sujeitos à taxa normal hoje em vigor. E, no caso contrário, sempre permitiria às nossas PME, com mais dificuldades de acesso a crédito (bancário), alguma recapitalização e autofinanciamento, aceitando-bem mais facilmente uma provável repercussão apenas parcial da descida de imposto sobre os preços finais.

Embora se trate de assunto delicado - sobretudo do ponto de vista político -, a questão do IVA com taxa única merecia, desapaixonadamente, ser revisitada e (re)ponderada, caso se confirme, como se julga também, que a sua adopção, afinal, contribui para o cumprimento de outros objectivos, superiores, e que gera margem de manobra adequada para obviar, no futuro, a piores alternativas no



combate a défices orçamentais ou a dívidas públicas difíceis de gerir, infelizmente decorrentes da dificuldade crónica em diminuirmos a nossa despesa estrutural).

* Texto inicialmente divulgado no Diário Económico, em Janeiro de 2014, e agora republicado e actualizado.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2018

Rogério M. Fernandes Ferreira,
Advogado